



189

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 335357-9 (0005183-16.2014.8.17.0000)

Recorrente(s): LEANDRO AGRIPINO DA SILVA

Recorrido(a)(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco

Juízo: Vara Criminal da Comarca de Carpina-PE

Processo originário nº 00001468-79.2012.8.17.0470

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

2ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. JÚRI. PRONÚNCIA. INDÍCIOS. MATERIALIDADE AUTORIA. ART. 408 CPP. IN DUBIO PRO SOCIETATE. IMPROVIMENTO.

1 - A decisão de pronúncia é uma sentença processual, com caráter declaratório e provisório, pela qual o juiz admite ou rejeita a denúncia, sem adentrar no exame de mérito, cujos requisitos legais específicos são a existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, conforme art. 408 CPP.

2- A materialidade delitiva restou evidenciada através da ficha de atendimento hospitalar da vítima.

3- Com relação à autoria em se tratando de processo dos crimes de competência do júri, não há necessidade de profunda análise da prova, uma vez que os indícios já são suficientes para a decisão de pronúncia.

3- Nesta fase processual não demanda o exame valorativo da prova, sendo apenas necessário um juízo de admissibilidade da peça acusatória. E mesmo que houvesse dúvida, se aplicaria o princípio *in dubio pro societate*.

4- Cabe ao corpo de jurados apreciar e decidir quanto à culpabilidade. Decisão de pronúncia confirmada, não comportando qualquer reparo.

5- NÃO PROVIMENTO. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **RECURSO EM SENTIDO ESTRITO nº 335357-9 (0005183-16.2014.8.17.0000)**, em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 18.06.14, por unanimidade, em **NEGAR provimento ao recurso**, tudo conforme consta do relatório e do voto que integram o presente julgado.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



154
Rhs

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 335357-9 (0005183-16.2014.8.17.0000)

Recorrente(s): LEANDRO AGRIPINO DA SILVA

Recorrido(a)(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco

Juízo: Vara Criminal da Comarca de Carpina-PE

Processo originário nº 00001468-79.2012.8.17.0470

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

2ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

LEANDRO AGRIPINO DA SILVA (filho de Odilon Agripino da Silva e de Josefa Severina da Silva) interpõe o presente recurso em sentido estrito contra a decisão proferida pelo juízo da Vara Criminal da Comarca de Carpina-PE (fls. 113-114), nos autos do processo nº 00001468-79.2012.8.17.0470, que lhe pronunciou como incurso no delito descrito no art. 121, § 2º, inciso IV, c/c art. 14, inc. II todos do Código Penal Brasileiro.

Nas fls. 127-130, encontram-se as razões recursais, na qual defende o Recorrente que não há nos autos prova cabal e muito menos material da participação do Réu, pois seria apenas o testemunho da vítima. Sustenta, ainda, que os depoimentos são dúbios e imprecisos e que a prova judicializada é estéril e não embasaria a pronúncia. Requer, portanto, que seja o presente recurso conhecido e provido para que seja absolvido o Recorrente nos termos do art. 386, inc. III doo Código de Processo Penal.

A 1ª Promotoria de Justiça de Carpina-PE apresentou suas contrarrazões aduzindo que o Acusado foi preso em flagrante delito em 11/03/2011 e que deve ser mantida a sentença recorrida uma vez que só seria viável a absolvição se houvesse um juízo de certeza de que o Recorrente não perpetrou o crime a ele imputado. Assim, pugna pelo improvimento deste Recurso com a consequente manutenção da Pronúncia.

Adiante o juízo de primeiro grau proferiu decisão não se retratando e manteve a decisão aqui questionada (fl. 134).

Por fim, a Procuradoria de Justiça apresentou seu parecer de fls. 148-151, opinando pelo **não provimento** do recurso interposto.

Eis o relatório.

Inclua-se o presente feito na pauta de julgamentos.

Recife, 02 de julho de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



157
160

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 335357-9 (0005183-16.2014.8.17.0000)

Recorrente(s): LEANDRO AGRIPINO DA SILVA

Recorrido(a)(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco

Juízo: Vara Criminal da Comarca de Carpina-PE

Processo originário nº 00001468-79.2012.8.17.0470

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

2ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

De início, ressalto que o recurso interposto é tempestivo e preenche os demais pressupostos de admissibilidade, daí porque deve ser conhecido.

O Recorrente **LEANDRO AGRIPINO DA SILVA** (filho de Odilon Agripino da Silva e de Josefa Severina da Silva) foi pronunciado pelo juízo da Vara Criminal da Comarca de Carpina-PE como incurso nas penas art. 121, § 2º, inciso IV, c/c art. 14, inc. II todos do Código Penal (processo nº 00001468-79.2012.8.17.0470).

Concluído este introito, podemos inferir que as razões recursais são no sentido de que não há prova cabal e nem material da participação do Recorrente na tentativa de homicídio.

Bem, sobre a necessidade de prova cabal, é oportuno esclarecer da sua desnecessidade neste momento processual de se ter tal certeza, pois como sabido no momento da pronúncia é suficiente que o magistrado que esteja convencido da materialidade e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação para pronunciar. Logo, não há necessidade de análise profunda da prova.

Percebo que a Perícia Traumatológica acostada as fls. 11-14 faz prova da materialidade da tentativa de homicídio contra Severino Monteiro da Silva. ✓

Quanto à autoria a prova testemunhal é, ao contrário do que alega o Recorrente, suficiente para sustentar a decisão de pronúncia, até porque a própria vítima conseguiu identificá-lo no momento da perpetração do delito (fls. 06-07 dos autos). ✓

Além do mais, a decisão de pronúncia é uma sentença processual, com caráter declaratório e provisório, pela qual o juiz admite ou rejeita a denúncia, sem adentrar no exame de mérito, cujos requisitos legais específicos são a existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, conforme estabelece o art. 408 do CPP. E é exatamente por isso que deve admitir (pronunciar) quando exista pelo menos a probabilidade de procedência, a fim de que a causa seja apreciada pelo júri popular.



161

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Não nos custa lembrar que, nesta fase processual não demanda o exame valorativo da prova, sendo apenas necessário um juízo de admissibilidade da peça acusatória. E mesmo que houvesse dúvida, se aplicaria o princípio *in dubio pro societate*. Fazer o contrário significaria antecipar o veredicto, que compete exclusivamente ao conselho de sentença apreciar e julgar o mérito da imputação.

Portanto, a fim de não realizar exame aprofundado da prova, entendo que são suficientes os indícios de autoria, cabendo ao corpo de jurados apreciar e decidir quanto à culpabilidade do Recorrente.

Em consequência a decisão de pronúncia ora recorrida merece ser confirmada, não comportando qualquer reparo

Portanto, concordando com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, **NEGO PROVIMENTO ao Recurso.**

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator